

**A TEMPORALIDADE COMO CONSTITUINTE DO DOCUMENTO DE ARQUIVO:
PROBLEMATIZANDO RELAÇÕES ENTRE OS CONTEXTOS DE GERAÇÃO,
DE TRATAMENTO E DE USO DOS DOCUMENTOS¹**

Eliezer Pires da Silva

Arquivo Nacional
eliezerpires@gmail.com

Geni Chaves Fernandes

UNIRIO
geni@centroin.com.br

RESUMO:

A trajetória do saber arquivístico é constituída por três principais visões, nas quais os conceitos de documento e de informação disputam a centralidade do campo e mesmo o de ser o objeto de estudo da Arquivologia. Sob esta disputa encontramos diferentes entendimentos do que seja informação, no que concerne a sua materialidade ou imaterialidade. Primeiro trata-se da noção de documento, em seus contextos de formação, de guarda e de uso. A partir da noção de temporalidade de Heidegger, conforme apropriada por Ricoeur para epistemologia da História, formula-se um arranjo para pensar a temporalidade enquanto constituinte do documento de arquivo. Um segundo auxílio é tomado em Buckland e Frohmann. Buckland reexamina o conceito de documento em Otlet e Briet e vê no ato de constituir arquivo aquilo que faz com que algo se torne documento. Já para a noção de informação toma-se por base Frohmann que, ao examinar as bases institucionais que condicionam a construção da informação, aponta a força do passado no presente como estabilizadora dos significados das informações, afirmando o caráter material das práticas documentárias que as constituem e os efeitos que produzem. A noção de materialidade do documento, e da suposta imaterialidade da informação aparecem, a partir deste esquema e contrapontos, como resultantes de uma tensão, na articulação presente, entre o passado a preservar e o futuro previsto e temido. Deste modo, seriam as tensões das intenções presentes de manter e de prever que constituiriam tanto os documentos, como a informação.

1. TRÊS VISÕES DA ARQUIVÍSTICA

A oposição entre as noções de documento e informação na Arquivologia está assentada em visões do saber arquivístico, que se constituíram desde o século 19. O modelo de instituição arquivística, típica deste século, é a que concentra documentos deslocados do lugar em que foram administrativamente acumulados para ocuparem espaço num depósito central e que privilegiava a dimensão patrimonial de acervos custodiados para servirem à produção historiográfica. A noção moderna de arquivo, enquanto instituição de memória, remete-se à experiência francesa de criação dos arquivos nacionais de caráter histórico e dos princípios técnicos publicados no Manual dos Holandeses de 1898².

Essa visão, aqui denominada de **visão histórica**, procedeu a uma espécie de “monumentalização” deste manual, como marco fundador da Arquivologia, que formula princípios para processamento técnico de conjuntos de documentos recolhidos à guarda de

arquivos públicos, que disponibilizam fontes primárias aos pesquisadores.

O Manual instituiu mesmo uma espécie de sacralidade da ordenação, imposta na ocasião da acumulação administrativa dos documentos, onde “O arquivo é um todo orgânico, que se veio criando durante certo período de tempo e não algo feito mais tarde, em determinada data fixa” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973, p. 117). Estabeleceu-se a compreensão da naturalidade na geração de documentos dos arquivos, articulado com a idéia que a ordem da criação dos documentos combate arranjos temáticos.

O quadro da primeira metade do século 20 é o elemento de fundo no surgimento de uma **visão gerencial** dos arquivos. As relações entre os arquivos e a administração teriam sido, em alguma medida, negligenciadas no cenário da formação dos Estados nacionais. Os arquivos eram até então vistos enquanto instituições para a sustentação de identidades nacionais e do conhecimento histórico. Coloca-se a demanda de eficiência estatal frente aos problemas da “explosão documental” no período entre guerras. Além disso, o ambiente de difusão das idéias de administração científica delinearía o surgimento do conceito e das práticas de gestão de documento, racionalizando o uso e inserindo as tabelas de temporalidade³. Para Evans (1994), a Gestão de Documentos coloca os fundamentos para um enfoque global da administração de arquivos e documentos. Para Indolfo (2008), o controle sobre a seleção de documentos a conservar e o processo de reduzir a proporções manipuláveis a massa documental, buscando a conservação permanente daquela que tem valor cultural futuro, sem menosprezar a integridade substantiva da massa documental para efeitos de pesquisa, configurariam uma *renovação epistemológica no universo da Arquivologia*, assinalada pela adoção do conceito de gestão de documentos.

Já a partir de meados da década de 1990, observa-se a inserção do saber arquivístico nas táticas organizacionais de gestão do conhecimento, trazendo o que vamos chamar de **visão informacional** dos arquivos. Para Rodrigues (2006) as ações institucionais da Unesco, a partir dos anos de 1980, envolveram estudos acerca do impacto das tecnologias de informação e comunicação na ordem da cultura e dos parâmetros técnicos de intervenção sobre os documentos, onde a informação é vista como recurso estratégico.

Desenvolve-se a normalização das práticas de descrição em arquivos, visando à interoperabilidade dos sistemas de informação e alinhando-se com a concepção bibliográfica de padronização de campos de representação descritiva.

Portanto, podemos circunscrever três visões acerca da arquivística, estabelecidas a partir do século 19 e que hoje constituem o campo e suas práticas: uma **visão história**, uma **visão gerencial** e uma **visão informacional**. Na concorrência destas visões e de suas proposições para o objeto de estudo do campo, pode-se observar elementos da controvérsia documento X informação e materialidade X imaterialidade⁴.

2. O QUE SE ENTENDE HOJE POR ARQUIVO

O entendimento e definição do que seja arquivo estão estreitamente relacionados com as visões arquivísticas que se delinearam e mantêm-se na concorrência neste campo.. A noção de arquivo tem representado tanto o *lugar* onde são preservadas as inscrições de importância histórica, gerenciais, e informacionais, como os próprios *registros* preservados sob tais condições de custódia.

Arquivos são os conjuntos de documentos marcados pelas ações que os fizeram existir enquanto instrumento dos atos administrativos, mantidos no presente pela intenção de preservação, para testemunhar o passado em termos de usos previstos.

A formação de arquivo está assentada em sua contribuição para a “governança”. Deve permitir, também, que um elenco de inscrições representativas seja preservado como documentação e possa vir a compor, um dia, registros da herança cultural. Finalmente, situações de projeção: tornar disponível os documentos para uma posterior utilidade, que configuraria seu valor (de prova, de evidência, informativo etc.).

O conceito de arquivo, enquanto abarca *o lugar* que preserva e *os registros* preservados, contemplaria as seguintes noções: conjuntos de documentos “guindados”, no presente, ao status de bens culturais, que são preservados por seu valor, fundamentalmente ancorado na visão histórica; serviço técnico dentro das organizações, contando com locais onde os documentos são controlados em sua utilização administrativa, basicamente indicando uma perspectiva gerencial dos arquivos e de direitos a preservar; e sistemas de recuperação de informação, entendidos como *modelo de representação da realidade em seus processos de comunicação*, descrevendo como vai interagir um conjunto de partes que, coordenadas por um fim, potencializa sua capacidade de realização.

3. A TEMPORALIDADE E A ORGANIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS

Embora os documentos de arquivo possam ser entendidos a partir de diversos ângulos, para tratar do aspecto de tensão existente entre as noções de documento e informação, optamos pelo exame a partir do conceito de temporalidade.

A temporalidade, diferente do tempo, trata do modo pelo qual o homem organiza suas experiências e precede, necessariamente, qualquer noção de tempo externo. O homem organiza suas experiências (vivências) atuais, as recordadas e as que constrói com a imaginação como passadas, presentes e futuras, seqüenciado-as segundo antes e depois. É assim que podemos dizer que A e B são experiências passadas e A ocorreu antes de B.

Heidegger é um dos mais eminentes pensadores da temporalidade e indica que é agora, no presente, que aquilo que organizamos como passado e futuro tem existência.

Nesta seqüência de vivências, só é “propriamente” “real” a vivência simplesmente dada “em cada agora”. As vivências passadas e futuras já não são mais ou ainda não são “reais”. A pre-sença [homem] atravessa o espaço de tempo que lhe é concedido entre os dois limites [nascimento e morte] de maneira que, apenas sendo “real” cada agora, ela, por assim dizer, salta por cima dos agora de seu “tempo”. É por isso que se diz que a pre-sença é “temporal”. Nesta contínua troca de vivências, o si-mesmo se mantém numa certa coincidência de identidade (HEIDEGGER, 1997, p. 178).

O agora, ou presente⁵ não é, posto isto, um tempo, mas a articulação que torna presente as vivências passadas e as expectativas de futuro, que se dão a pensar juntas no lidar com as questões cotidianas. Sem a temporalidade não poderíamos remeter nossas experiências a um tempo do calendário, dos astros ou do relógio, enfim, a um tempo social, que partilhamos com os outros. É no tempo social que podemos compreender, no sentido de incluir e no de entender junto com os outros, o passado. É aí que se ancoram, em datas seqüenciais, os eventos históricos. Perguntas como “quando?”, “depois de quanto tempo?” etc., pertencem à memória declarativa do testemunho que se ancoram a uma data do tempo crônico ou do calendário. (RICOEUR, 2000, p. 192).

Para Paul Ricoeur, os historiadores lançam mão do que chamou de instrumentos do pensamento que “[...] desempenham o papel de conectores entre o tempo vivido e o tempo universal [...]e] trabalham para a solução das aporias⁶ do tempo.” São eles “[...] o calendário, a idéia de seqüência de gerações, a idéia conexa de triplo reino dos contemporâneos, dos predecessores e dos sucessores, enfim e **sobretudo**, pelo recursos a arquivos, documentos e rastros.” (RICOEUR, 1997, p. 170, grifo nosso).

O primeiro, o tempo do calendário (de marco zero), é a invenção de um terceiro tempo, que envolve toda realidade, enquadrando o tempo ordinário de cada vida. Sua contagem permite organizar os acontecimentos pela distância do marco zero, e daí ao presente, situando as experiências de nossa própria vida (RICOEUR, 1997, p. 180-186).

A seqüência de gerações encadeia biologicamente os agentes históricos, onde os viventes ocupam o lugar dos mortos e permite associar as noções de mudança e de continuidade. (RICOEUR, 1997, p. 187-191). Seu correlato é o triplo reino, o terceiro instrumento. “A idéia de ‘reino dos contemporâneos’, dos predecessores e dos sucessores, introduzida por Alfred Schultz, constitui [...] o complemento sociológico da idéia de seqüência de gerações.” Os contemporâneos, em sua simultaneidade, perfazem uma extensão, uma continuidade indefinida, porque duram juntos diversos fluxos temporais (crianças, jovens, adultos e velhos). Esta simultaneidade “[...] se estende muito além do campo das relações interpessoais, mas media o tempo privado e o tempo público [...]” (Idem, p. 192-193).

O presente articula os tempos: nele passado e futuro existem. O presente circunscreve o passado tornando-o presente, interpretando-o e colocando-o numa cadeia de sentidos. Mas as ações presentes de circunscrição e interpretação só podem ser realizadas uma vez que o presente é herdeiro do passado. O termo herança é utilizado por Heidegger e resgatado por Ricoeur por oferecer a conotação de um lote de potencialidades oferecidas, que não são forçosas, são transmitidas de um lado e assumidas, acolhidas, de outro. A noção de herança não coloca, portanto, primazia no passado. Remete a um conjunto de possibilidades que só podem ser acolhidas no presente, abrindo, na circunscrição e interpretação deste passado, suas possibilidades.

O futuro, por seu turno, é o em vista de que o baú da herança é constantemente remexido no presente, porque é para lá que estamos sempre sendo lançados. Ricoeur (1997, p. 372-375; 2000, p. 380) adota, para falar da situação dos contemporâneos de “espaço da experiência” e de “horizonte da expectativa” de Koselleck⁷. O futuro do presente, como horizonte da expectativa, é uma noção que permite incluir não apenas nossos desejos, mas também nossos temores, por sua relativa indeterminação. Seu alcance (do futuro) está na ação presente que quer realizar aquilo que nos parece, a cada momento, desejável, dadas as possibilidades herdadas, ou de preservar direitos e costumes que suspeitamos correr risco. E cada remexer no baú, em vista do futuro, “[...] reabre no passado possibilidades despercebidas, abortadas ou reprimidas. Ela reabre o passado em direção do por-vir.” (RICOEUR, 1997, p. 128).

O quarto instrumento do pensamento, que é o recurso aos arquivos, documentos e rastros, constitui-se centro de nosso interesse. Com a historiografia o documento concorre com a memória no duplo sentido do termo, auxilia e disputa. Não é possível perceber algo como sendo potencialmente um documento sem que o passado, o que herdamos como memória, nos aponte esta potencialidade em um rastro. Nos termos de Ricoeur (1996, p. 382): “A tradição preserva (*bewahrt*) a possibilidade de ouvir as vozes existentes no passado.” Por outro lado, a história, baseada nos documentos, quer corrigir e criticar a memória.

Ora, o passado, enquanto aquilo que já passou, deixa rastro, traços, restos e é, no encaço destes rastros e instruídos pela memória, que se abre a possibilidade de algo ser percebido como potencialmente documento. O documento é tratado como evidência de um acontecimento, ou da relação de uma seqüência de acontecimentos, e sua extensão só se ampliou a partir da modernidade, passando a incluir não apenas escritos, mas uma variedade de inscrições, desde testemunhos intencionalmente deixados aos testemunhos contra vontade⁸, desde artefatos a objetos naturais.

De um lado, o passado nos instrui pela memória e tradição, capacitando-nos a buscar seus rastros. Mas, de outro, somos nós, do reino dos contemporâneos, que nos colocamos ao encaço dos rastros e os ordenamos num encadeamento. No presente constituímos e/ou

preservamos o que era apenas rastro, restos do passado, como documento.

Como qualquer testemunha, o documento é, por nossa tradição, levado ao interrogatório e ao confronto com outros testemunhos, que lhe dão a solidez da “acreditação”, no sentido de ser crível. (RICOEUR, 2000, p. 204 e 215-217). O confronto de documentos, assim como o confronto de testemunhas, só é possível se se constituiu o arquivo, porque é nele, na suposta organicidade que preside as relações documentárias, que o documento pode ser confrontado no interrogatório.

4. DOCUMENTO E INFORMAÇÃO NA CI

No campo da CI é possível encontrar uma persistente resistência de importantes autores ao uso do termo informação como substituto de termo documento, o que gerou posições diferentes entre autores (CAPURRO; HJORLAND, 200; 2003; FROMANN, 2001; 2004; VAN RJSBERGEN, 1979; 1986; BROOKES, 1986; LANCASTER, 1968). A oposição aparece, em geral, como uma diferença de características, onde o documento seria um suporte que conteria informações atuais ou potenciais.

Aí, a noção de informação, quando contraposta a de documento, participa quase sempre de dois tipos de concepção. Uma é a de autonomia do conteúdo em relação à forma, de sorte que a informação é entendida como o conteúdo, ou partes do conteúdo de um documento, que pode ser transportada, sem prejuízo, de uma forma a outra. A informação não seria, posto isto, material, embora só se possa encontrá-la em um suporte. A segunda entende que a informação, enquanto significação de um sujeito, não existe em si mesma, mas só para um sujeito do conhecimento, em sua interpretação. Ambas admitem a materialidade do documento e a imaterialidade da informação, tida como produto mental de um sujeito: no primeiro caso de um sujeito emissor e no segundo de um sujeito receptor.

Frohmann (2001, p.6) aponta a necessária materialidade (e não fisicalidade) da informação, ao afirmar que esta “[...] só emerge no mundo enquanto um efeito de práticas materiais institucionalmente legitimadas.” A materialidade fica, para Frohmann, não apenas na evidente dependência das práticas materiais que a constituem e dão estabilidade, incluindo-se aí o arquivo e o documento, mas dos efeitos concretos que tais práticas produzem⁹.

Para o autor estas concepções deixam escapar aquilo que forneceria as condições para seu aparecimento como “um conteúdo em si e que permanece” e como “significação de alguém”. Assim, estes modos do aparecimento da informação (em si ou para alguém) são, em boa medida, efeitos das práticas documentárias¹⁰. Aquilo que se fala, mostra, escreve acerca da informação, enquanto um conjunto de declarações, torna-a mais ou menos estável no tempo, fornecendo-lhe duração, ampliando sua abrangência nas práticas sociais (FROHMANN, 2001).

Assim, podemos estender as reflexões de Frohmann e entender que se o “ser informativo” “em si” ou “para alguém” depende em boa parte de práticas documentárias de produção, seleção e circulação, que estão submetidas a certas instituições (em sentido amplo: língua, regras, tradições), que, em última instância garantem reconhecimento e validação.

Tanto a **aparente** permanência de um conteúdo da informação como a significação individual, **aparentemente** singular, dependeriam de práticas documentárias institucionalmente inscritas.

5. DOCUMENTO E INFORMAÇÃO NA ARQUIVOLOGIA

Embora documento seja conceito central do campo arquivístico, a informação aparece como seu concorrente. A idéia de documento de arquivo comportaria uma síntese entre informação e suporte. Lopes (2000) entende que, no espaço do arquivo, o conteúdo informativo do documento não pode ser extraído com o isolamento ou fragmentação dos documentos do acervo. O conjunto documental configura uma materialidade (potência de efeitos) que sustenta a produção de sentido sobre conteúdos em determinada direção. “O conteúdo informativo do documento não pode ser analisado no vazio; isto é, como se não houvesse uma materialidade garantidora da fixação dessa informação [...]” (LOPEZ, 2000, p.81)

Há, posto isto, um contexto de geração dos documentos, **no passado**, enquanto produto de relações sociais que são objeto de interpretação, **no presente**, no ambiente da acumulação e da ordenação do acervo que, ao mesmo tempo, tem em vista a projeção de uso dos documentos como vetores de novas relações **no futuro**.

Assim, teríamos ações concretas, sobre conjuntos materiais. Em primeiro lugar, houve o ato de arquivar, ou seja, quem produziu a inscrição precisa não tê-la jogado fora, lá no passado (seleção primária); segundo, há o ato de acumular o acervo, enquanto uma ação, no presente, de mantê-lo sob custódia (seleção secundária e acumulação); terceiro, há uma ação de ordenação do acervo para sustentar as possíveis produções de sentido no futuro e antevistas no presente. Tais ações são, no sentido de Frohmann, práticas institucionalizadas de seleção e de validação.

Para Monção (2006), documento arquivístico e informação arquivística representariam dois conceitos que disputam ser objeto de estudo da Arquivologia.

Conclui-se que o documento arquivístico permanece como objeto de estudo da arquivística, porém as discussões estão avançando de forma bastante intensa em relação à mudança do objeto de estudo, no sentido de vir a ser a informação arquivística. Essa mudança ainda encontra bastante resistência por parte da comunidade científica e profissional da área. [...] Com base na literatura revisada, pode-se dizer que a informação arquivística constitui-se em grande desafio para a área, devido à ausência de conceitos a respeito e à responsabilidade de vir a ser o objeto de estudo da Arquivologia. (MONÇÃO, 2006, p. 27).

Autores de reconhecimento internacional na Arquivologia, como Heredia Herrera (1983), Duranti (1994), consideram o saber arquivístico como sendo essencialmente estruturado em torno dos documentos.

No es la información contenida en el documento lo que interesa, y la archivística *no* es una "ciencia de la información" (como muy frecuentemente se dice), o sólo una "ciencia de la información", sino que tiene un contenido mucho más amplio; lo que interesa es el significado pleno de cada documento, que se evidencia solamente a través del vínculo con todos los otros documentos del mismo archivo; lo que interesa es conocer cómo este documento ha sido producido, en el curso de qué procedimiento administrativo y con qué validez jurídico-administrativa. (LODOLINI, 1988, p. 11).

Essa seria uma percepção do arquivamento como uma estrutura técnica que participa, ao mesmo tempo, do registro de um evento como também da própria produção dele, o que configura "[...] nossa experiência política dos meios de informação" (DERRIDA, p.29)

[...] o documento arquivístico nasce como resultado do cumprimento de uma atividade e é mantido como prova dela. E, também, com o objetivo de decidir, de agir e de controlar as decisões e as ações empreendidas e, ainda, para efetuar pesquisas retrospectivas que ponham em evidência decisões ou ações passadas. (SOUSA, 2004, p.120, 122).

O arquivístico é entendido como uma tecnologia cultural incorporada nas práticas sociais que possibilita um instrumental de penhor do futuro a partir do passado, pela técnica do arquivamento. Isso apontaria para a legitimidade e a racionalidade buscada pelo trabalho arquivístico, no presente, de um controle que garantiria a coerência e a validação do que foi armazenado.

A realidade do arquivo sugere um trabalho de ligadura continuada entre passado e futuro, a partir do presente. Dá garantia de validade a uma imagem do passado com força de evidência, considerando uma utilidade perspectivada sobre os usos para o acervo. Nessa direção, o trabalho arquivístico estaria na construção de uma dimensão que adquire funções de validar evidências de acontecimentos. Documentar faz funcionar uma acumulação seletiva de registros constituintes da *memória* das transações, num horizonte de legitimidade da vida em sociedade.

Com base neste aporte teórico temos três contextos de exame do documento: o contexto de sua geração, no passado, o contexto de sua organização e manutenção, no presente, e o contexto de seus usos previstos, no futuro.

6. O QUE É UM DOCUMENTO? PERGUNTA RECORRENTE.

A noção de documento, associada aos direitos, é antiga, mas novas noções seriam incluídas com a história moderna, com as demandas de racionalidade administrativa e com as recentes demandas informacionais. O Renascimento é para Le Goff (1996, p. 86 e 118-119) a grande época da mentalidade histórica global. Frank B. Evans (1998, p. 17), prefaciando a obra de Couture e Rousseau, descreve um movimento de deslocamento na função dos arquivos no seio das mudanças sociais, houve [...] o desenvolvimento da História como disciplina [...] em que fontes originais são utilizadas como materiais de apoio à investigação, os depósitos de arquivo, outrora considerados sobretudo como “arsenais de leis”, transformaram-se agora em “arsenais da história”.

O documento deve ser também uma evidência de acontecimentos passados. Para isto eles mesmos precisam ser examinados quanto a sua autenticidade e representatividade. Entram no exame dois elementos que nos interessam. O primeiro é o apoio que o documento encontra em outros documentos, de outros testemunhos que corroborem ao testemunho do documento, ou seja, constituição de um acervo documentário. O segundo é a presença de uma entidade custodiadora que sustenta a autenticidade dos documentos, além do exame de uma autoridade capaz de estabelecer relações entre eles, de interrogá-los e interpretar suas respostas. E como tais relações partem de hipóteses deste especialista, eles passam no teste de autenticidade e representatividade quando confirmam estas hipóteses (Ricoeur 2000, p.224-230). É interessante observar que algo é um documento histórico quando percebido e tratado como documento histórico.

Entre os séculos 18 e 19, o entendimento da história como a narrativa do progresso da humanidade passou a implicar numa história cumulativa. Os Museus e Arquivos, agora públicos, ganharam funções novas como instituições de memória (identidade nacional), garantidores de direitos dos cidadãos e de guarda de evidências do progresso. À história cumulativa corresponde a acumulação e organização de acervos que dão visibilidade material (ou evidência documental) ao ordenamento proposto pela história¹¹.

Uma vez que o documento é reconhecido por uma instituição (Museu, Biblioteca, Ciência, Estado, diretoria da Empresa) e tem, por isto, autoridade, colocam-se sobre os arquivos demandas de representatividade de grupos, de indivíduos, de suas lutas, de suas descobertas, de formas de vida, na história da humanidade, do país, da cidade, da empresa etc. Tais demandas têm em vista reparar lacunas e omissões intencionais ou não, implicando num novo passado, numa nova narrativa do passado e, portanto, de uma nova projeção de futuro.

No campo da historiografia, as palavras de Le Goff (1996, p. 109) são indicativas:

[...] a reflexão histórica se aplica hoje à ausência de documentos [...] Falar dos silêncios da historiografia tradicional não basta; penso que é preciso ir mais longe: questionar a documentação histórica sobre as lacunas, interrogar-lhe sobre os esquecimentos, sobre os hiatos, os

espaços em branco da história. Devemos fazer o inventário do arquivo do silêncio, e fazer a história a partir dos documentos e das ausências de documentos.

No campo da CI, os trabalhos de Paul Otlet (início do século 20), Suzanne Briet (meados do século 20) e Michael Buckland (final do século 20) são marcos na busca da delimitação do que seja documento.

Otlet é o primeiro a saltar de uma extensão de documento enquanto material típico dos acervos de bibliotecas, que dava conta praticamente só de livros, para outra que estende as ações de guarda, tratamento e recuperação a uma série de novos objetos, merecendo dele um novo nome, documentação. Em seu Tratado de 1934, a tipologia de objetos da documentação foi sub-dividida em Livros e Documentos Bibliográficos e estes em Documentos Gráficos e Substitutos do Livro (OTLET, 1996, p. 124-246).

Para Rayward (1994), Buckland (1997), Day (2001) e Frohmann (2001) a descrição dos objetos da documentação, em termos de suas características físicas, não é o ponto de apoio de Otlet na caracterização do que seja documento, mas os aspectos cognitivos. O entendimento de que “Os livros são ao mesmo tempo o receptáculo e o meio de transporte das idéias” (Otlet, 1996, p. 43) é o que seria utilizado para estender o status de documento a outros tipos de suporte. O termo utilizado por estes autores para definir este tipo de concepção é mentalismo. Esta percepção mentalista assemelha-se à noção atual de que a informação não tem natureza material, mas a de substância produzida pelo pensamento e colocada em um suporte.

Buckland (1997) destaca a definição de documento de Donker Duyvis, que sucedeu Otlet na *International Federation for Documentation*, como repositório de um pensamento expresso (objetivado), de modo que seu conteúdo apresenta um caráter espiritual. Também destaca a definição de Walter Schurmeyer (1935), onde documento seria qualquer base material para expandir nosso conhecimento e que esteja disponível para estudo ou comparação. Buckland reforça o aspecto de substância intelectual, mentalista e imaterial, como caracterizador do que seja documento para os documentalistas do início do século 20.

Suzanne Briet, em seu “O que é a documentação”, de 1951, retoma a questão, promovendo uma nova expansão em sua extensão, que poderá incluir até um antílope. Entendendo o documento como apoio ou prova de um fato, abarcando todo índice concreto ou simbólico, conservado ou registrado, com a finalidade de representar, reconstruir ou provar um fenômeno físico ou intelectual. Portanto, o que conta para que algo seja considerado como documento é ser evidência.

Do ponto de vista de Briet, os documentos não podem ser definidos a partir de sua forma e nem de seu conteúdo. Vejamos: uma pedra no rio não é um documento, mas uma pedra no museu é. Uma pedra no museu não é suporte de uma substância intelectual. Mas essa evidência encontra-se no museu sob certas hipóteses e entre um conjunto de outras evidências

(documentos). Arquivo e documentos nascem juntos, mesmo que Briet não chegue a formular tal conclusão.

Buckland (1997, p. 6), a partir de Briet, apresenta a delimitação documentária, tendo por guia 4 aspectos: (i) Há materialidade; (ii) Há intencionalidade: o objeto precisa ser tratado como evidência; (iii) O objeto deve ter sido processado: incluído em um acervo. Ou seja, não há documento fora do arquivo; (iv) Há uma posição fenomenológica: o objeto precisa ser percebido como documento.

As noções de Buckland corroboram com o esquema dos três contextos para pensar o documento: é no presente que se constitui arquivo/documento, por uma intenção, por um motivo. Sua frase conclusiva é que algo é documento quando é tratado como documento.

No campo da Arquivologia há uma necessária ligadura entre documento e arquivo.

Os documentos são os portadores, os produtos e informantes das transações. Qualquer dado não constitui, per si, um documento, posto que nem todos os dados representam de forma completa a transação em que estão implicados. De fato, a maior parte da informação gerada pelos sistemas de informação e gerada através deles, não constitui um documento e carece dos atributos de validade e eficácia. Os documentos só serão válidos e eficazes se se recolhe, conserva e utiliza a informação sobre seu conteúdo, estrutura e contexto, que resulta imprescindível para garantir um adequado tratamento arquivístico integral dos mesmos (BEARMAN, 1996, p.4, tradução nossa).

7. O DOCUMENTO NO ESQUEMA DA TEMPORALIDADE

Em geral os que tomam o termo “informação arquivística”, consideram insuficiente o arranjo que contextualize as inscrições apenas no ambiente de sua origem. Parece implícito um temor acerca da própria permanência do arquivo, na medida em que sua manutenção não poderá ignorar um uso presente e/ou futuro. Ora, um tratamento que também tenha em vista o uso demandaria um conjunto de instrumentos que permitam a representação temática. A noção de informação estaria especialmente atrelada a esta perspectiva de futuro.

É no arquivo que inscrições são elevadas à condição de documento: documento e arquivo são o mesmo. Esta reunião de registros tem uma relação com os processos administrativos da organização, mas é na articulação de um passado herdado e usos perspectivados que se processam tecnicamente os arquivos.

Constituir Arquivo

Ainda que a Arquivologia tenha tradicionalmente eleito como motivo para constituir arquivo a própria **manutenção do passado**, sob forma documentária e disponível a exames retrospectivos, a eleição de critérios de manutenção e eliminação de documentos, no tempo, são atuais e se estabelecem em vista de algo.

Um arquivo em uma organização é constituído por um conjunto de motivos, em geral considerados de ordem prática, que obedecem a parâmetros institucionais mais amplos, que ensejam práticas documentárias. Esta ação pretende consignar atos passados em vista de precaução (temor), de manutenção de direitos¹² e fontes informativas para gestão.

Manter Arquivo

A cada momento é necessário ter motivos para manter arquivo. Cessados os motivos da esfera da organização que o constituiu, a manutenção do arquivo, ou parte dele, dependerá de se encontrar novos motivos¹³. As dinâmicas sociais demandam mudança de motivos que garantam não apenas a manutenção do arquivo enquanto acervo físico, mas de sua efetividade informativa.

Demandas da memória social sobre a historiografia, por representatividade, por inclusão, por reconhecimento podem modificar critérios de seleção e ordenamento dos arquivos históricos. O historiador, munido de critérios e métodos, tem em vista corrigir a memória, mas não escapa às visões de mundo de seu tempo, nem pode ser surdo aos clamores de seus contemporâneos. Se assim não fosse, uma vez escrita a história, de um período ou de um acontecimento, ela jamais seria modificada, retificada, ampliada, reinterpretada.

Se a descrição dos fundos tem uma demanda de fidelidade ao passado, o “instrumento de pesquisa”, enquanto produto final do trabalho arquivístico, poderá dar maior ou menor detalhamento descritivo dos fundos – inclusive gerar vários instrumentos de pesquisa.

O fundo arquivístico “Casa dos Contos” ilustra o impacto da historiografia na agenda do AN. O interesse de historiadores pela documentação, para estudo histórico da mineração em Minas Gerais, pôs em curso um projeto de tratamento do acervo, financiado por agência de fomento. Isto deu ao fundo um destaque e visibilidade que até então não possuía.

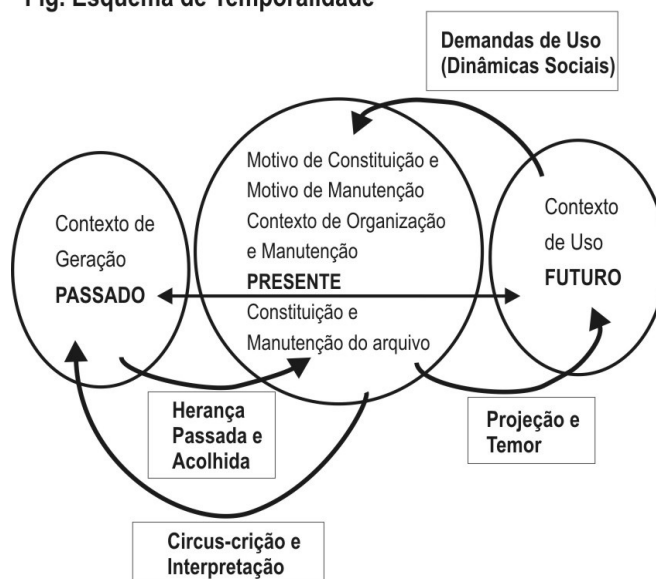
Quando se trata de pensar a articulação entre as dinâmicas sociais, necessidades informacionais, documentos e arquivos, aparece uma evidente tensão, que faz dos arquivos lugares em constante construção. As demandas não são uniformes ou unívocas, antes, e quase sempre, constituem lutas, disputas ou conflitos entre tradição e renovação que batem às portas dos arquivos para atravessá-los. E estes, tanto ao serviço da organização como ao da Nação, terão de rever suas práticas, re-elaborar instrumentos de tratamento de seu acervo, aceitar fundos antes não pensados, ou não admissíveis e, especialmente, dar relevo a fundos e a documentos de fundos antes sem visibilidade.

Nos termos de Buckland (1997, p.807), apropriando-se da noção de documento de Briet, a idéia de evidência pode ser entendida a partir da ação de alguém em posição de organizar objetos de um acervo. Quando esta pessoa considerar que alguns destes objetos podem contar a alguém algo do mundo que o produziu, então, é porque desenvolveu uma teoria de

sua significação. A partir desta teoria ou suposição coloca o objeto *em evidência*, ou seja, oferece-o como evidência por meio do modo como o arranja, indexa ou apresenta. É no contexto presente que os contemporâneos dão ou não dão *evidência*.

Portanto, o arquivo, guiado na organização por motivos de gestão e guiado na instituição arquivística pela historiografia, são, ao contrário do que se pode pensar à primeira vista, instituições dinâmicas e perpassados por interesses diversos e que se modificam no tempo.

Fig. Esquema de Temporalidade



É na tensão entre motivos herdados, e da demanda de *fidelidade ao passado*, de um lado, e o *comprometimento com o futuro*, de outro lado, que as dinâmicas sociais atravessam os arquivos e fazem aparecer a oposição entre documento e informação. O documento atrelado à noção de ordem natural de sua produção, que deve ser respeitada por *fidelidade ao passado*, e a informação nas demandas imprevistas por novas evidências, por um novo arranjo que *evidencie*.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975.

BEARMAN, David. Archivos virtuais. In: **XIII Congresso Internacional de Archivos**. Beijing, 1996.

BENNETT, Tony. **The birth of the museum: history, theory, politics**. London, New York: Routledge, 1996.

BLOCH, Marc. **Introdução à história**. 6ª ed. Tradução de M. Manuel e R. Grácio. [Lisboa]: Europa-América, [19--?].

BROOKES, B. The foundations of Information Science. Part I: Philosophical aspects. **Journal of Information Science**, v. 2, n 3-4, p. 125-133, 1986.

BUCKLAND, Michael. What is a document? **JASIS**, v. 48, n. 9, p. 804-809, Sept. 1997.
Disponível em: <<http://www.sims.berkeley.edu/~buckland/whatdoc.htm>>. Acesso em: 3 de março de 2002.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. The concept of information. **Annual Review of Information Science and Technology (ARIST)**, v.37, 2003.

COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. **Fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DUBY, Georges. **O ano mil**. Tradução de T. Matos. Lisboa: Edições 70, 2002.

DUCHEIN, Michel. O Respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, 10-14(11): 14-33, abr. 1982 ago., 1986.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, jan.-jun., 1994.

EVANS, Frank B. Princípios fundamentais para um enfoque global da administração de arquivos e documentos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 15-23, p. 5-11, 1994.

_____. Nota à tradução portuguesa. In: COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. **Fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998, p. 15-19.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio século XX escolar**: o mini-dicionário da língua portuguesa. 4ª. ed. Revisada e ampliada. Coordenação de Edição Margarida dos Anjos *et.al.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FONSECA, Maria Odila. Informação, arquivos e instituições arquivísticas. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 33-45, 1998.

_____. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992

FROHAMNN, Bernd. Discourses and documentation: some implications for pedagogy and research. **The Journal of Education for Library and Information Science**, v. 42, n.1, p. 13-28, 2001. As páginas indicadas na citação não correspondem às da revistas, mas às do site: <http://www.fims.uwo.ca/people/faculty/frohmann/Documents/Discourse%20and%20Documentation.pdf>

_____. Documentation redux: prolegomenon to (another) philosophy of information. **Library Trends**, v. 52, n. 3, p. 387-407, Winter 2004. Disponível em:<www.ideals.uiuc.edu/bitstream/2142/1683/2/Frohmann387407.pdf>. Acesso em 18 de julho de 2008.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Parte II. 4ª. ed. Tradução de Márcia de Sá Cavalcante. Petrópolis: Vozes, 1996

HEREDIA, A. Herrera . **Archivística general. Teoría y Práctica**. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Diputación de Sevilla, 1983. 512p.

INDOLFO, Ana Celeste. **O uso de normas arquivísticas no Estado brasileiro**: uma análise do Poder Executivo Federal. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal Fluminense e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Niterói, RJ, 2008.

HJORLAND, Birger. Documents, memory institutions and information science. **Journal of Documentation**, v. 56, n. 1, p. 27-41, Jan. 2000.

LANCASTER, F. W. **Information retrieval systems**. New York: John Wiley, 1968.

LODOLINI, Elio. El problema fundamental de la archivística: la naturaleza y el ordenamiento del archivo. **Irargi Revista Archivística**. N.1, p. 27-61, 1988.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Ferreira, Leitão e Borges. Campinas: UNICAMP, 1996.

_____. **Para um novo conceito de Idade Média**: tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Tradução de M. H. Dias. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. (Nova História, 5).

LOPEZ, André Porto Ancona. **As razões e os sentidos**: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos. São Paulo: 2000. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. Orientadora: Ana Maria de Almeida Camargo.

MARRAMAO, Giacomo. **Poder e secularização**: as categorias do tempo. Tradução de G. A. G. de Andrade. São Paulo: UNESP, 1995.

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2002.

MONÇÃO, Jane Lessa. **O conceito assunto na arquivística**: uma reflexão em arquivos permanentes a partir do evento - I SOGGETTI E ALTRI APPARATI DI INDICIZZAZIONE IN ARCHIVISTICA: IPOTESI DI LAVORO. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). UNESP, São Paulo, 2006.

OTLET, Paul. **El tratado de documentación**: el libro sobre el libro. Teoría y práctica. Tradução de M.D. Ayuso García. Bruselas: Ediciones Mundaneum, Palais Mondial, 1934. Impressão da tradução espanhola em Murcia, Espanha: Universidad de Murcia, 1996

RAYWARD, W. Boyd. Visions of Xanadu: Paul Otlet (1868-1944) and hipertext. *JASIS*, v. 45, n.4, p. 235-250, 1994. Disponível em: <<http://www.lis.uiuc.edu/~wrayward/rayward.html>>. Acesso em: 12 dez. 2003.

RJISBERGEN, C.J. Van. **Information retrieval**. London: Butter Worths, 1979.

RICOEUR, Paul. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris: Editions du Seul, 2000.

_____. **Tempo e narrativa**. Tomo III. Tradução de Roberto L. Ferreira; Revisão Técnica de Ma. Da Penha V. Campinas: Papyrus, 1997.

RODRIGUES, Georgete Medleg. A formação do arquivista contemporâneo numa perspectiva histórica: impasses e desafios atuais. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, jul./dez 2006, p. 17-41.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SILVA, Armando B. Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís. **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

SOUSA, Renato Tarcisio Barbosa de. **Classificação em arquivística**: trajetória e apropriação de um conceito. Tese (Doutorado em História). Fac. de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2004.

Notas

¹ Este trabalho é resultado dos produtivos encontros no Grupo de Pesquisas "Informação, Memória e Discurso" e agradecemos aos demais membros: Lídia de Silva Freitas, Laffayette Álvares Júnior e Márcia Heloísa Tavares de Figueiredo Lima pelas oportunidades de debates e compartilhamentos.

² No contexto da Revolução Francesa, ocorreu a reunião dos arquivos no Arquivo Nacional. "Não se trata já da absorção ou da transferência de arquivos por parte de outro serviço – prática que se tornou vulgar a partir do século

XVI – mas, efectivamente, da **quebra da unidade estrutural dos arquivos**. Mais do que a nacionalização e mudança forçada dos documentos, importa salientar o fato de, pela primeira vez na história dos arquivos, se defender a desarticulação metódica dos acervos de origem, tudo em nome de valores estranhos ao critério que presidiu à sua concentração por parte das entidades produtoras. É o **colapso da estrutura sistêmica** concebida – e desde sempre praticada – pelos responsáveis e profissionais de arquivo. **Estava-se, assim, a desferir um golpe num modelo milenar**, cuja razão de ser assentava no respeito pela rede de ligações entre os documentos que integram um mesmo sistema de informação.” (SILVA et. al., 1999, p.101, grifo nosso). A nova proposta era que “A classificação geral por fundos é uma única verdadeiramente capaz de assegurar o pronto cumprimento de uma ordem regular e uniforme [...] Se, em lugar desse método, fundamentado, por assim dizer, na natureza das coisas, se propõe uma ordenação teórica [...], os arquivos cairão em desordem difícil de remediar [...] Em qualquer outro tipo de classificação que não seja por fundos corre-se o grande risco de não se saber onde encontrar um documento”. (WALLY, 1890 apud DUCHEIN, 1983, p.16). Nessa experiência teriam se formulado os traços essenciais do conceito de arquivo. A partir de então haveria uma compreensão objetivada dessa unidade lógica formada pelo conjunto de documentos acumulados no exercício de uma atividade, tendo em vista suas funções de testemunhar o passado.

³ A tabela de temporalidade é a avaliação em termos de uma indicação dos prazos de guarda e de destinação final dos documentos, diante da impossibilidade de guardar tudo. Distingue valores que marcariam os documentos: valores primários e secundários. Os documentos nasceriam no cumprimento das atividades exercidas pela entidade produtora do arquivo com implicações administrativas, fiscais, legais e executivas - valor primário. Os valores secundários seriam identificados numa parcela de documentos que serviriam, no futuro, de testemunho sobre a existência e as atividades exercidas.

⁴ As visões, de certo modo, correspondem a três situações e locais de arquivamento que vão sendo problematizadas no tempo: a primeira os Arquivos Nacionais, a segunda os arquivos mantidos nas instituições públicas e o terceiro os arquivos mantidos nas organizações públicas e privadas. Portanto, são locais, situações e finalidades diferentes de arquivamento. Entretanto, o surgimento de cada uma destas situações/visões, afeta as previamente existentes.

⁵ Por presente entende-se a totalidade de nossas experiências, que estão presentes em nós, quer tenham se dado no passado ou sejam imaginações do futuro. Assim, o termo agora designa quando esta totalidade está presente. Entretanto, para evitar dificuldades com extrema precisão terminológica, vamos adotar o termo presente para designar as experiências que consideramos, quase sempre, como não pertencentes ao passado ou ao futuro. Assim, o que aconteceu ontem, ou na semana passada, tendemos a não entender como algo do passado, e já o que ocorreu no século XVIII consideramos como passado.

⁶ Aporia é uma dificuldade de ordem relacional, aparentemente sem saída. (FERREIRA, 2000).

⁷ Para Koselleck o presente é tanto o **espaço da experiência**, onde experiência remete ao passado, como **horizonte da expectativa**, remetido ao futuro.

⁸ Bloch destacaria para a nova abordagem da história os testemunhos contra a vontade que, até então, estavam relegados ao esquecimento pelos historiadores, por uma herança da história medievalista. “Tudo quanto o homem diz ou escreve, tudo quanto fabrica, tudo em que toca, pode e deve informar a seu respeito.” (BLOCH, /s.d./, p.61). Contra à exclusão que a seleção documentária praticava, Bloch reabilita até mesmo os documentos falsos, pois “[...] uma mentira, como tal, é à sua maneira um testemunho.” (*Ibid.*, p.85).

⁹ Frohmann examina as práticas de documentação científica na passagem do conhecimento construído por experiência (comum, coletiva) ao conhecimento construído por experimentos (singulares). As práticas documentárias para a descrição do experimento se desenvolvem e são transmitidas aos pares de modo que o experimento singular e artificial ganhe o mesmo status que a experiência comum tinha. Os relatórios devem colocar o leitor como testemunha do fato. Assim, a aceitação do relato de pesquisa como válido e **informativo**, dependeria de um conjunto de regras e práticas documentais (disciplina social), sem as quais o seu caráter informativo não existiria (Frohmann, 2004).

¹⁰ As práticas documentárias precisam ser examinadas em relação à noção ou concepção contemporânea de instituição.

¹¹ Certos locais e as disciplinas se constituíram ou transformaram para trabalhar em função da ordenação dada pela história, como é o caso dos Museus, dos Arquivos, da Arqueologia, da Geologia, etc. As exposições das coleções dos Museus, no século XIX, colocavam o visitante em um movimento através de um itinerário que revelava, passo a passo, a evolução histórica do mundo (BENNETT, 1996, p. 39-43). De acordo com Martín-Pozuelo Campillos, (1998, p.155) “o objeto de estudo da Arquivologia são os arquivos”. A Arquivologia – instância institucionalizada num processo historicizado, portanto “invenção”, narrativa – tem inclusive seu surgimento recortado na historiografia. “Durante o século XIX, a consolidação dos ideais revolucionários proclamados no final do século anterior e a consolidação de uma visão positivista da História contribuíram para aumentar a abertura, ainda gradual, dos acervos dos arquivos públicos. Ganhava espaço e tornava-se um generalizado a idéia de que os arquivos constituíam a base da pesquisa, e que desse modo, os Estados tinham a obrigação de mantê-los acessíveis.” (FONSECA, 1998, p. 39).

¹² A precaução, seja de perda de direitos, seja para o cumprimento de obrigações, se inscrevem num quadro amplo

de instituições de direito que normatizam acordos de relações sociais. Manter um documento comprobatório de titularidade de um imóvel só faz sentido de precaução num quadro amplo de direitos e reconhecimento desta condição de prova. Aí as práticas documentárias, de que fala Frohmann, são reconhecidas na Arquivologia como tipologia de documentos.

¹³ Um bom exemplo foi o recolhimento ao Arquivo Nacional (AN) da documentação do Departamento de Polícia Marítima e de Fronteira, com prontuários de entrada de estrangeiros no Brasil nas primeiras décadas do século 20. Tais documentos foram produzidos para controle de imigração. Uma vez cessado o motivo para sua manutenção pelo Departamento, sua preservação se deu por recolhimento ao AN, atribuídos, aí, novos motivos: de pesquisa histórica e garantia de direitos de descendentes para reivindicação de dupla cidadania.